

O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO DE MACAU

*Guo Jiading**

Macau, desde o seu retorno à Mãe-Pátria verificado em 20 de Dezembro de 1999, tem um novo panorama, cheio de sucessos alentadores. Trabalhei há 4 anos em Macau, entre 1993 e 1997, na qualidade de Chefe da delegação chinesa ao Grupo Ligação Luso-Chinês, de maneira que vivi pessoalmente toda a fase da transição e a feliz transferência de poderes que se verificou sob a orientação do princípio “Um país dois sistemas”. Após a reintegração de Macau, posso testemunhar como é que a Região Administrativa Especial de Macau, com todo o apoio do Governo Central e da Nação chinesa, conseguiu um bom início do processo “Um país dois sistemas”, ao assegurar uma boa ordem social e um bom desenvolvimento económico que, fazendo com que todas as causas avançassem em contínuos progressos. Tendo em vista a actual realidade de Macau e lembrando-me da anterior, comparando-as, reconheço que é profundamente correcta a política nacional para com Macau e também do grande vigor da teoria de “Um país dois sistemas”.

Ainda sob a administração portuguesa, e durante o período de transição, o Grupo de Ligação estava todo empenhado em resolver alguns problemas que diziam respeito à transferência de poderes de Macau e a uma feliz transição, dos quais se destacam a localização da Função Pública, a oficialização da língua chinesa e a localização do sistema jurídico que constituíam, na altura, os “três grandes problemas”.

Nessa altura, os lugares de chefia, com início nos de Chefe de divisão até ao topo da hierarquia da Função Pública de Macau eram apenas ocupados por portugueses ou pelos “filhos da terra”. Quando abandonei o meu cargo em Julho de 1997, só havia um funcionário de etnia chinesa

* Ex-Chefe da delegação chinesa ao Grupo de Ligação Luso-Chinês.

a ocupar o cargo de Vice-Director de Serviços. A comunidade chinesa durante muito tempo estava numa situação de acesso completamente vedado a lugares de chefia. Para que se concretizasse a governação de Macau pelos seus residentes, após um feliz retorno à Mãe-Pátria, era necessário localizar num mais curto espaço de tempo a Função Pública, para permitir que funcionários públicos de etnia chinesa pudessem acumular experiências em todos os sectores, principalmente, no âmbito dos quadros superiores, para assim adquirirem mais experiência técnica nos respectivos Serviços, evitando-se, assim, uma ruptura ao nível de Direcção da Função Pública.

Durante 450 anos, a única língua oficial em Macau foi o português. Embora 97% da população residente fosse de etnia chinesa, a língua chinesa não tinha um estatuto oficial, de forma que tanto a eficácia burocrática, e o desenvolvimento económico-social-cultural, bem como a abertura e os intercâmbios internacionais estavam altamente condicionados. Só com o acordo conseguido em 1992, entre as partes chinesa e portuguesa, a língua chinesa começou a ganhar o seu estatuto oficial em Macau. Mas era preciso fazer esforços redobrados para que a língua chinesa, já com um estatuto oficial, pudesse ser amplamente usada na Administração.

Durante a administração portuguesa, o ordenamento jurídico macaense estava constituído em três partes: 1.^a A Constituição Portuguesa e todo o sistema jurídico em vigor em Portugal. 2.^a As directrizes e diplomas legais emitidos pelos governadores de Macau. 3.^a As leis localmente elaboradas. Todo este ordenamento jurídico estava apenas redigido em língua portuguesa sendo, ao mesmo tempo, minucioso e volumoso, no qual existiam leis desactualizadas e que já não correspondiam à realidade macaense. Precisavam de ser traduzidas e inventariadas para que fossem retirados os conteúdos que não se compatibilizassem com a Lei Básica, de forma a permitir a localização do sistema jurídico de Macau.

Acabamos de expor os chamados “3 grandes problemas”, sendo um dos quais, o da localização da Função Pública, que serviu para abrir o caminho para uma feliz transição e um desenvolvimento a longo prazo para Macau. Também durante o meu mandato, fui responsável pela resolução de outras questões, como por exemplo: o problema da construção do Aeroporto Internacional de Macau; a participação do Banco da China na emissão monetária em Macau; o problema da Fundação Orien-

te; a entrada de Macau na WTO e também em outras organizações e a celebração de acordos internacionais; a manutenção do estatuto de Macau nesses organismos internacionais, após 1999, assim como a introdução de mudanças no contrato dos Jogos de Fortuna e Azar e a sua renovação, entre outros assuntos.

Uma questão que estava relacionada com o contrato dos Jogos de Fortuna e Azar era o problema da Fundação Oriente. Esta Fundação recebia anualmente do concessionário daqueles Jogos 1,6% sobre os seus lucros brutos, aplicando-os fora de Macau, o que significava um enorme dano para os interesses dos residentes de Macau. As partes chinesa e portuguesa, após muitos anos de negociações, acabaram por chegar, em Julho de 1997, a um acordo onde foi estabelecido que a partir do primeiro dia de Janeiro de 1996, o concessionário dos jogos deixaria de fornecer tal verba à Fundação Oriente e, que a mesma teria de ser aplicada exclusivamente em Macau. Para tal, foi criada a Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento e de Macau, que ficaria responsável pela gestão e aplicação financeiras. Aquela Fundação foi integrada na Fundação Macau, estando esta unicamente ao serviço do progresso e desenvolvimento de Macau.

Além disso, Macau foi ainda confrontado com os problemas resultantes da deterioração da ordem pública e com o desacelerado desenvolvimento económico. Nos anos de 1996 e 1997, eram frequentes os tiroteios em lugares públicos; explosões; fogos postos; sequestros; assaltos e ameaças, entre outros tipos de crime imprevistos. A taxa de criminalidade subiu em “flecha” e as sociedades secretas envolviam-se constantemente em ajustes de contas, de que resultavam mortes. Também alguns agentes policiais e funcionários públicos foram atacados (tendo alguns sido assassinados a tiro). Esta criminalidade desenfreada afectou gravemente o estável desenvolvimento da ordem social de Macau e a confiança dos investidores. Perante este problema de ordem pública, as autoridades portuguesas de Macau não tinham medidas adequadas ao combate destes casos específicos. Economicamente falando, na segunda metade do ano de 1993, o desenvolvimento estava a fraquejar. A partir de 1994, verificou-se um crescimento negativo durante 3 anos consecutivos.

Com o retorno à Mãe-Pátria, Macau entrou numa nova era de desenvolvimento da sua história, que se caracterizou pela total libertação do domínio estrangeiro, a que estava sujeito. Com o apoio do Governo Central e de acordo com a directriz de “Um país dois sistemas”, os nos-

compatriotas, já “senhores do seu nariz”, começaram com determinação a administrar e a construir Macau. Sob a direcção do Chefe do Executivo Ho Hau Wah, a Região Administrativa Especial de Macau, com um claro posicionamento e um espírito pragmático, venceu muitos desafios e dificuldades e escreveu novas páginas da governação de Macau pelos seus residentes.

Após o retorno de Macau, os nossos compatriotas, sendo já “senhores do seu nariz”, veriam aumentado o seu estatuto. Também a ordem social começou por conhecer uma melhoria muito significativa, dando, assim, lugar a uma situação de tranquilidade, segurança e paz, permitindo aos residentes de Macau viver e trabalhar alegres na sua própria terra. Também a qualidade da Função Pública e a eficácia administrativa conheceu um melhoramento considerável, evidenciando-se mais a característica pluri-cultural de Macau, que lhe tem permitido reforçar os seus vínculos com o Continente chinês. As relações entre Macau e Taiwan estreitaram-se, permitindo a Macau desempenhar uma função de ponte e de intermediário entre os dois lados do estreito de Taiwan. Da perspectiva dos negócios estrangeiros, Macau goza plenamente das honras e privilégios atribuídos à Mãe-Pátria. Na área económica, foi vencida a situação de crescimento negativo que se prolongava há já alguns anos. Os investimentos estrangeiros têm vindo a aumentar de forma considerável. O número de visitantes atingiu recordes históricos. Em 2002, o crescimento económico de Macau atingiu os 8% permitindo à economia de Macau entrar numa nova era de desenvolvimento sustentado e estável.

Após experiências acumuladas ao longo de muitos anos, a economia de Macau definiu já a sua estratégia, que reside em assumir o estatuto de porto franco como núcleo, o sector dos Serviços como corpo principal, e os jogos de fortuna e azar e o turismo como locomotivas para conseguir, com o apoio da Mãe-Pátria, um desenvolvimento integrado de todas as actividades sociais. Os efeitos da entrada da China na WTO, os grandes avanços conseguidos na exploração do Oeste chinês, o desenvolvimento sustentado e rápido da economia do interior da China, assim como a relativa liberalização da saída de cidadãos chineses para viagens turísticas, todos estes factos vieram a dar uma nova vida ao desenvolvimento económico de Macau. A liberalização do jogo é mais uma boa oportunidade para o desenvolvimento económico de Macau e atracção de investimentos estrangeiros. Tudo isto fará com que se verifique novas e impor-

tantes mudanças na economia de Macau, criando assim maior espaço de desenvolvimento, favorecendo o aparecimento de mais oportunidades comerciais.

Por outro lado, também é preciso notar que a existência de alguns factores incertos da situação internacional e da globalização económica poderão influenciar negativamente o desenvolvimento económico de Macau.

Pela minha experiência pessoal, penso que no âmbito da globalização económica, Macau ainda poderá tirar maior proveito das suas próprias vantagens:

1. O sistema económico liberal. Em Macau aplica-se uma política comercial liberal que se traduz na livre circulação de pessoas, na prática de câmbio livre e na simplificação dos impostos com reduzidas taxas. A WTO classifica Macau, como sendo “um dos territórios mais abertos para o comércio mundial e com uma boa política de investimento”. Macau é um pequeno Território, mas perfeito. Esta característica permite colocá-lo na vanguarda de todas as grandes cidades chinesas, no que diz respeito à capacidade de concorrência.

2. Macau, sendo vizinha de Hong Kong e, estando situada entre a zona do Delta do Rio das Pérolas e o interior da Mãe-Pátria como os “seus sertões”, tem uma localização geográfica muito privilegiada que lhe permite tirar vantagens de ambos os territórios vizinhos. Tem acesso a transportes fáceis e rápidos: para as viagens aéreas conta com um aeroporto internacional; por via terrestre está ligada a Zhuhai, logo tem acesso directo ao Continente chinês; por via marítima, a viagem de Macau a Hong Kong leva apenas uma hora de “jetfoil”, saindo um de 15 em 15 minutos. Caso se concretize a construção da Ponte Cantão-Hong Kong-Macau, já em discussão, será um grande estímulo para o desenvolvimento de Macau, resultado da sua integração na zona do Delta do Rio das Pérolas.

Actualmente, o Governo Central está a estudar várias medidas destinadas a estreitar as relações económicas e comerciais entre o interior e a Região Administrativa Especial de Hong Kong. Macau está atento a este processo. É de crer que as medidas a ser tomadas serão também favoráveis ao desenvolvimento económico de Macau.

3. As relações entre habitantes de Macau e Taiwan são muito estreitas. Os compatriotas de Taiwan podem deslocar-se livremente ao Continente chinês, via Aeroporto Internacional de Macau. As ligações aéreas e

marítimas entre Macau e Taiwan realizam-se de acordo com o princípio “viagens inter-regionais” com benefícios mútuos. Macau continuará a desempenhar a sua função de ponte e de intermediário no intercâmbio de fluxos de pessoas e mercadorias entre os dois lados do estreito de Taiwan, contribuindo, com sucesso, para o intercâmbio, para a comunicação e para a cooperação entre os dois lados, a fim de concretizar a reunificação pacífica da Mãe-Pátria.

4. Macau, membro da WTO, com o seu sistema aduaneiro autónomo, mantém relações económicas e comerciais com mais de 100 países e territórios do mundo, sobretudo com a União Europeia e os países lusófonos e entre dezenas de organizações internacionais. Além disso, Macau conserva a sua peculiar característica cultural que resulta de uma fusão de culturas orientais e ocidentais. Na segunda metade do ano em curso, Macau organizará um Fórum de relações entre a China e os países lusófonos. Macau, nos intercâmbios e vínculos com os países do Mundo, desempenhará ainda melhor a sua função de plataforma.

Sob a orientação do princípio “Um país dois sistemas”, com todo o apoio da Mãe-Pátria, e através da unidade e dos esforços de todos os nossos compatriotas, Macau seguirá, a passos largos, o caminho aberto pela Lei Básica e terá uma perspectiva mais abrangente e um futuro ainda melhor.